

Artigo
Corpo Docente

Palavras-chave

Jornalismo
Opinião
Argumentação

Keywords

Journalism
Opinion
Argumentation

Biografia

* Jornalista, mestre em História pela Universidade Federal do Paraná, professor titular da disciplina de Redação III Jornalismo Opinativo na UNIBRASIL e Tuiuti do Paraná - UTP.

Jornalismo Opinativo, Ética e Democracia. A Importância da Opinião no Jornalismo Para o Aprimoramento Democrático

Emerson de Castro Firmo da Silva*

Resumo

Historicamente o jornalismo brasileiro teve na opinião um de seus alicerces. No século XX, sobretudo na segunda metade, isso deixou de ser completamente verdadeiro. Um dos jornalistas que melhor compreendeu essa deficiência foi Cláudio Abramo. Longe dele e em outra época, Phillippe Breton defende a necessidade de opinar-se com ética, baseado em argumentação, uma ação democrática e que possibilita o debate de idéias. Unindo essas idéias, o presente artigo acrescenta e defende a importância, para o jornalismo opinativo, de se ter como base de argumentação textos de variados campos do conhecimento, como a história – com “O Homem Cordial”, em Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda; e a antropologia social – com “Você sabe com quem está falando?” em Carnavais, Malandros e Heróis, de Roberto DaMatta. Conclui-se que é não só possível, mas imprescindível que os jornalistas que dão opinião também adotem uma argumentação baseada em textos como os apontados, de modo a esclarecer e a formar a opinião pública a partir do conhecimento acadêmico. Dessa forma, estarão cumprindo uma dupla função: a de traduzir esse conhecimento para um grande público e contribuir na elevação do debate sobre as grandes questões nacionais.

Abstract

The Brazilian journalism, historically had in opinion one of its basis. In XX century, especially in the second half, this was not completely true. Presently, as it was in the past, there is the necessity to opine with ethics, based on argumentation (a democratic action that makes possible the discussion of ideas). It is possible to add at this point the necessity of questioning practices beyond the exploration of different knowledge fields, such as history and social anthropology, oriented to the reflection of social events. In this way, the academic knowledge is shown to the great public and contributes to discussion elevation of important national questions.

Opinião no Jornalismo

A história do jornalismo opinativo brasileiro começa simultaneamente à história da imprensa no Brasil. Do início, no “Correio Braziliense”, passando pelos pasquins e jornais acadêmicos ou mesmo em “Cabrião” e “Revista Ilustrada”, ambos de Ângelo Agostini, até as últimas décadas do século XIX, em grandes jornais empresariais como “O Estado de São Paulo” e “Jornal do Brasil”, esta foi a forma de expressão jornalística nas páginas impressas. A notícia só surgiu com força como campo de interesse do jornalismo no País a partir das primeiras décadas do século XX. Esse movimento de mudança se consolidou até o final da década de 1940.

É Cláudio Abramo, em suas memórias, que, ao comandar a reforma gráfica de “O Estado de São Paulo” no início da década de 1950, projeta espaços opinativos, recuperando a importância da reflexão para a compreensão do noticiário. Conceitualmente, Abramo defendia a necessidade de os jornalistas expressarem suas opiniões publicamente, considerando-se a condição de certa forma privile-

giada de alguns desses profissionais, na medida em que, como ele, além da vasta cultura autodidata, deveriam ter uma melhor percepção dos fenômenos políticos e sócio-econômicos, dada a proximidade com a cobertura dos acontecimentos (ABRAMO, 1988).

Ao projetar a reforma gráfica da “Folha de São Paulo”, mais de vinte anos depois, ele manteve a mesma convicção, destacando as páginas 2 e 3 como as mais importantes para editoriais, pequenos e grandes artigos de jornalistas contratados e personalidades convidadas.

Dizia ele que “*É possível fazer um grande jornal apenas relatando os fatos, mas acredito que um jornal assim não é capaz de cumprir o seu papel, já que não vai até o fim das coisas e deixa ao leitor a incumbência de julgar por si só. É uma maneira de fazer jornal que não me parece apropriada para um país como o Brasil neste momento*” (ABRAMO, 1988 p. 114). Em seguida observa que pessoas nesse estado de resignação com as coisas não teriam boa qualidade operacional nem senso crítico. A percepção, portanto, é de que

o exercício da opinião no jornalismo é algo necessário não só para os próprios jornalistas, mas fundamentalmente para o leitor cidadão e para a sociedade. É a manutenção de um espaço em que se tornam públicas visões de mundo divergentes, polêmicas que podem ser estabelecidas democraticamente, análises estruturais e conjunturais que podem balizar decisões mais coerentes.

A apresentação acima refere-se sobretudo à necessidade da opinião no espaço social e simbólico da imprensa. Mas o propósito deste artigo concentra-se especialmente na discussão sobre uma abordagem interdisciplinar que o jornalista que emite opinião pode ter como base de argumentação.

Essa forma de entender o espaço das páginas de um jornal como um espaço social torna necessário que além da própria existência física disponível, a opinião neste espaço seja expressa dentro de duas premissas básicas. A primeira envolve uma postura ética e democrática; a segunda, a escolha de uma base argumentativa ampla e adequada à abordagem dos temas em pauta.

Na prática, ambas se combinam de tal modo que se torna difícil identificar quando a preocupação na observância com uma acaba, para que se inicie a avaliação da outra. Uma postura ética e democrática no ato de comunicar, sobretudo para o exercício do jornalismo opinativo, sempre exigirá uma base argumentativa sólida, elaborada à exaustão, enquanto o uso dessa base se fará motivada no respeito aos preceitos éticos e democráticos.

“Saber argumentar não é um luxo, mas uma necessidade. Não saber argumentar não seria,

aliás, uma das grandes causas recorrentes da desigualdade cultural, que se sobrepõe às tradicionais desigualdades sociais e econômicas, reforçando-as? Não saber tomar a palavra para convencer não seria, no final das contas, uma das grandes causas da exclusão? Uma sociedade que não propõe a todos os seus membros meios para serem cidadãos, isto é, para terem uma verdadeira competência ao tomar a palavra, seria verdadeiramente democrática?”
(BRETON, 1999 p. 19).

Argumentar é, na comunicação, portanto, um ato com dupla representação simbólica. Representação de ordem ética na medida em que se restringe a certos limites, pois sua elaboração que, por um lado, deve levar em consideração a pretensão do convencimento, por outro, não pode ultrapassar a fronteira da lógica racional, caindo na retórica absoluta. Representação de ordem ideológica, pois, amparada nos limites éticos, direciona-se a uma visão democrática do debate público de questões de interesse da coletividade. Assim, a argumentação está para o jornalismo opinativo – composto de gêneros (artigo, editorial, comentário, crônica, crítica, charge) que variam sobretudo na forma de abordar um determinado conteúdo – como os tijolos e o cimento para um construtor.

Ao “construir” a opinião, conforme as necessidades e intenções do opinador, têm-se em comum, independente do gênero, a necessidade de buscar uma base de apoio. Sem essa base, por vezes utilizada até de forma inconsciente, o jornalista não teria ponto de partida em seu trabalho de “erguer” uma argumentação. Enfim, de opinar e convencer o leitor sobre essa opinião. Exceto na hipótese, aqui completamente desconsiderada, de admitir-se uma base retórica, interessada no convencimento.

mento a qualquer preço, capaz de utilizar do sensacionalismo e do apelo emocional para obter resultados eficazes.

Será essa base de apoio sólida que levará o leitor a conferir respeito ao profissional dos textos. Não por parecer culto, não se trata de um verniz intelectual puro e simples, mas de o jornalista basear sua opinião em algo que vai ao encontro da lógica de raciocínio comum dos leitores.

Ao trabalhar com base no conhecimento intelectual, mas dialogando com interlocutores que necessariamente não a possuem, o jornalista, apesar dessa assimetria de conhecimento, visa justamente dois campos: ampliar essa base de compreensão dos fenômenos em seu interlocutor e ao mesmo tempo apresentar-lhe razões lógicas para compreendê-lo.

Ao fazer esse movimento, o profissional que dá opinião deve ter consciência de que precisa estar preparado para aliar conhecimentos de áreas diversas – história regional, brasileira e universal; geografia, antropologia, sociologia, só para citar algumas – à sua condição de observador privilegiado do campo noticioso. Para tanto, é coerente a busca de jornalistas que dão opinião nas áreas diversas do conhecimento. Mais uma vez é Cláudio Abramo quem aponta nessa direção: “*O jornalista deve ter uma formação cultural sólida e tem que saber muito bem algumas coisas. Ele deve saber história, saber como funciona seu país, a máquina do país, as relações na sociedade*” (ABRAMO, 1988 p. 249).

Além da formação cultural sólida, também é necessário o domínio da transmissão de idéias escritas. Novamente Cláudio Abramo

é uma referência: “*Insisto muito na simplicidade, não tanto quanto ao estilo, à construção das frases, ao fluxo de raciocínio. As pessoas que têm as idéias claras se exprimem com clareza; clareza resulta em simplicidade (...)*”. Para ele, a simplicidade é fundamental num país como o Brasil, com uma grande massa desinformada (ABRAMO, 1988 p. 193). Desse modo, o jornalista terá a oportunidade de opinar sem impor ao leitor seu ponto de vista, mas poderá fazê-lo como tentativa, convencendo-o de que a argumentação, no mínimo, faz sentido e deve por ele ser levada em consideração na formação de sua opinião.

Dito em outras palavras, fazer primeiro o que freqüentemente se pede a quem trabalha com informação: saber transmiti-la, com a habilidade que requer o ofício, de modo a democratizar o debate sobre quaisquer temas, incluindo resultados de pesquisas e até estudos de longa maturação acadêmica. Depois aplicar com coerência essa tradução no exame dos fenômenos políticos e sócio-econômicos, esclarecendo questões complexas que exigem do leitor mais do que uma dose cavalari de informações. Por último, unir essas habilidades a uma reflexão tão importante quanto as outras duas, considerando uma pitada inevitável de auto-análise da função da mídia, suas implicações e efeitos, a fim de assumir postura ao mesmo tempo ética e balizada no interesse público.

Ter, portanto, a capacidade de observar, raciocinar e traduzir esse conhecimento da realidade sócio-econômica e político-cultural de um povo é o que faz do jornalista que emite opinião um profissional necessário à comunidade para a qual dirige suas análises e

interpretações.

Segue-se com a análise de dois textos de autores das diferentes áreas do conhecimento – História, Sérgio Buarque de Holanda, e Antropologia, Roberto DaMatta – que podem sugerir, de forma exemplar, base argumentativa sobre fenômenos sociais brasileiros. Acompanham, nos dois casos, reflexões sobre o cotidiano em que esses fenômenos se tornam visíveis, mas pouco explorados no âmbito da imprensa.

O Homem Cordial – Raízes do Brasil

Freqüentemente a base de apoio para a argumentação é a história. Não há dúvida de que, em geral, se depreende pela análise histórica que há continuidade dos processos sociais por vezes em movimentos imperceptíveis, exceto aos olhos do observador treinado. Isso ocorre, às vezes, independentemente de outros fatores que diferenciam os povos (aspectos geográficos, condições naturais, climáticas, desenvolvimento cultural, religião, economia).

Esses processos igualmente se reproduzem em escalas menores, em questões envolvendo desde uma decisão popular (eleição de um presidente com este ou aquele perfil, escolhas em plebiscito, greves de trabalhadores de uma determinada área, manifestações de rua) até ações de poderes constituídos (privatizações, estatizações, políticas econômicas, reforma agrária, uma decisão do Supremo Tribunal Federal, criação de uma lei de imprensa pelo Congresso), questões essas que permanentemente são alvo dos textos opinativos em jornais.

No capítulo 5 de “Raízes do Brasil”, intitulado “O Homem Cordial”, Sérgio Buarque de Holanda reflete já no início sobre uma particularidade nacional, historicamente impregnada na sociedade: o peso dos vínculos familiares nas relações sociais. Num primeiro momento, o autor identifica nessa particularidade uma “*crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social*” (HOLANDA, 2002 p. 144), o que prejudicaria a formação e evolução da sociedade.

O problema torna-se concreto quando o foco se direciona ao desempenho das atividades de homens públicos, que, apesar das responsabilidades de estado, objetivamente impessoais, têm dificuldade para discernir fundamentalmente entre o que é de domínio público ou privado.

Aqui recai, como o próprio autor destaca a seu modo, a questão que envolve o uso de cargos públicos como se fossem particulares, afetando a objetivos e desejos de ordem pessoal. Não é necessário raciocinar muito para entender aí uma “raiz” forte para a corrupção, o nepotismo, a malversação do erário e outras tantas mazelas reconhecidas e abertamente vigentes no estado brasileiro, em qualquer das três esferas. O texto originalmente foi escrito em 1936, mas sua atualidade estarrece.

Nesse momento em que a Reforma da Previdência pretende cortar conquistas dos servidores públicos, cabe avaliar o quanto do problema, se é que de fato existe nos termos defendidos pelo atual governo, se estabeleceu anteriormente com base nesse tipo de comportamento. Essa situação, inegável frisar, também se fez a partir do Congresso Nacional,

onde é mais que comum a criação de leis que ampliam generosamente salários e criam benefícios e cargos para deputados e senadores.

Outro aspecto destacado e talvez o mais importante do texto de Sérgio Buarque é a “cordialidade” do brasileiro. Ele percebe que “*Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante (...)*”. Mais que isso,

“Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez: Ela pode iludir na aparência — e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas sua sensibilidade e suas emoções.”

(HOLANDA, 2002, p. 147).

Essa forma de colocar-se diante das relações sociais, faria com que o brasileiro buscasse incessantemente a aproximação, a amizade, o aconchego, mesmo que diante de uma autoridade hierárquica.

Qualquer semelhança com as aparições públicas do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não é mera coincidência. Para desespero dos seus seguranças, Lula se aproxima da população, aperta mãos, ouve queixas, se mostra o mais íntimo possível do brasileiro. É a versão do “homem cordial” que

inverte o vetor da reverência, mas ao mesmo tempo confirma a regra.

Nem mesmo a competição empresarial escapa. Proprietários de jornais e televisões do Paraná, que deveriam ser naturalmente competidores entre si, freqüentemente trocam amabilidades. Fazem acordos informais para não cooptar funcionários jornalistas uns dos outros, mesmo que a lógica de mercado sugira a passagem dos mais competentes para melhores postos e mais remunerados no mercado.

Há outras questões que poderiam ser suscitadas a partir dessas observações. Mas nem só de história vive o homem. Há outras ciências que analisam o comportamento humano, enquadrado num processo contínuo, e que compõem o estudo sobre a complexidade do homem em sociedade.

Você Sabe Com Quem Está Falando? – Carnavais, Malandros e Heróis.

Nesse livro, Roberto DaMatta procura, sem esperar ter a razão definitiva do que defende, apontar nos rituais do Carnaval, nas paradas militares, ou no momento em que se utiliza a frase odiosa, mas usada quando “necessário”, o “sabe com quem está falando?”, momentos ou espaços sociais em que o brasileiro se revela. Ou seja, estruturas de raciocínio (jeito de ser, de agir, de pensar) que estão petrificadas na cultura brasileira e por isso são pouco ou nada percebidas, pois são vistas como parte natural da forma de raciocinar da humanidade, embora sejam mais especificamente da humanidade brasileira.

É isso, em boa parte, que está nas entrelinhas do “jeitinho brasileiro”, da hospitalidade, da solidariedade e outras tantas características que fazem o “diferencial” observável do povo brasileiro. Fala-se aqui do que se cultiva como representações positivas, mas seria ingênuo não perceber que aquilo que constrói a solidariedade, por exemplo, também constrói a diferença entre classes. Uma diferença por vezes intransponível, porque “é assim que deve ser” ou “é assim que Deus quer” e outras tantas frases do cotidiano.

Vale esclarecer que o método de DaMatta parte do entendimento de que algumas dessas características ficam mais visíveis quando deslocadas dos seus espaços naturais. No Carnaval o pobre, sobretudo no caso do Rio de Janeiro, tem a possibilidade efetiva de ser o astro principal (o passista e a porta-bandeira, por exemplo) de algo que mundialmente está sendo observado. Em nenhum outro momento ele consegue isso, exceto pelo lado negativo dos crimes, das chacinas, dos arrastões. Isso deixa evidente o grau de hierarquização da sociedade brasileira, que não dá a mínima condição para a maioria ascender socialmente.

Foi esse aspecto que mais chamou a atenção recentemente dos brasileiros e do resto do mundo, quando da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. Sua ascensão se fez contra todas as barreiras que a exclusão social brasileira tornou intransponíveis ao longo de séculos. Ao mesmo tempo, como exceção, mais uma vez confirma a regra.

Outro fenômeno apontado acontece no deslocamento da casa para a rua e vice-versa.

A casa, o mais íntimo espaço do indivíduo, assume a rua quando no Carnaval ele se traveste. Não se fala aqui de uma homossexualidade não assumida, o que por vezes evidentemente ocorre, mas parece se tornar evidente o que é pouco assumido pela sociedade: a discriminação de homossexuais, uma questão notória no país, sobretudo pelo volume de assassinatos de Norte a Sul. Essa questão parece ficar suspensa nesses dias de ritual, em que essa homossexualidade é vista de forma invertida, ou seja, aceita como natural, alegre e, sobretudo, altamente sensual, o que tem tudo a ver com o espírito do Carnaval.

O autor também aponta uma característica que permite fazer uma analogia no campo empresarial. As escolas de samba, apesar de organizadas por uma diretoria composta de membros de uma determinada comunidade, em geral pobre, acata sem qualquer problema de convivência elementos externos, sejam ricos ou não. O fato é que há duas estruturas sobrepostas: uma que coordena as alas em que há flexibilidade quanto a seus participantes, ou seja, onde há “igualdade” entre os participantes; e uma outra que define as questões fundamentais da escola (samba-enredo, quem entra na ala dos sambistas tradicionais daquela agremiação, quem fica na bateria...).

No primeiro caso, vê-se uma coordenação de cunho igualitário, com objetivos e interesses únicos. Portanto, para lá estar basta ser um indivíduo (sujeito sem nome ou sobrenome) que cumpra requisitos básicos determinados pela escola (dinheiro, beleza, saiba sambar...). No segundo caso, é muito diferente: é preciso ser inicialmente da comunidade, estar ligado por laços de parentesco, ser

vizinho, fazer parte da história da comunidade e da escola, enfim, ser alguém com nome e sobrenome para fazer parte da “diretoria”.

É o mesmo caso observado no fenômeno das empresas familiares brasileiras, em que um membro é o fundador e seus principais dirigentes são e serão parentes, independentemente da qualidade e da competência que possam apresentar. Não que isso seja exatamente um fenômeno brasileiro, mas a forma correspondente à escola de samba praticamente o é.

Pode-se imaginar que o fato de a empresa ser de uma família é coisa “natural”, mas só é porque todos raciocinam com uma lógica também brasileira. No início dos anos 1980, um empresário chamado Ricardo Semler escreveu um livro, “Virando a Própria Mesa”, em que conta como mudou radicalmente o funcionamento da empresa de seu pai que estava à beira da falência, mas que ao utilizar uma administração profissional alterou completamente a situação. Chamou mais ainda a atenção ao estabelecer que seus filhos eram sócios da empresa, mas só teriam oportunidade de assumir uma função de direção, caso passassem por um processo de seleção natural dentro dela. Esse processo, definido de forma administrativa, exigia a passagem de qualquer pretendente a cargos de direção por diversas etapas como funcionário de carreira, inclusive sendo avaliado pelos demais colegas, chefes e subordinados. Isso chocou o meio empresarial brasileiro (SEMLER, 1989).

Evidencia-se nesse caso, também as dificuldades que aparecem diariamente nas empresas brasileiras em se definir critérios justos

e lógicos de ascensão profissional. São as multinacionais, sintomaticamente, que servem de referência nesses casos. Não há como definir regras para todos no raciocínio empresarial brasileiro. Isso criaria um problema para os familiares proprietários assumirem os almejados postos de direção, apesar de muitas vezes incompetentes para tal ofício.

DaMatta mostra que esta questão – de tratar de forma hierarquizada indivíduos que em princípio são iguais – está na raiz dos “sistemas de discriminação social, racismo e exclusivismo universitário”.

Exemplo mais que ajustado a isso foi o recente caso de uma policial de trânsito negra, com a patente de cabo, patrulhando as ruas do Rio de Janeiro. Deparou-se com um carro em local irregular e o multou, além de chamar o guincho, como a lei determina. O carro era de um desembargador, que percebeu a movimentação e imediatamente sacou a frase “Você sabe com quem está falando?”, literalmente descrita pela policial em depoimento na delegacia onde foi parar o caso. Negra e mulher, ainda que com autoridade policial, foi claramente discriminada e ao mesmo tempo constrangida por uma autoridade superior, que se valendo do cargo, sentiu-se com mais direitos que os demais mortais, inclusive de desrespeitar outra autoridade.

Conclusões

Na análise de ambos os textos, evidenciam-se as múltiplas possibilidades que se abrem a quem procura uma base de argumentação, sobretudo no campo das ciências sociais, para compreender e fazer compreender

fatos, circunstâncias, episódios da vida brasileira.

É freqüente os jornalistas que dão opinião limitarem-se a uma análise presa às causas e efeitos de superfície, sem apontar, mesmo que a título de reforço de tese, uma percepção calcada em discussões de maior profundidade, como os textos de Sérgio Buarque e DaMatta, aqui escolhidos e apresentados por serem clássicos, entre muitos outros disponíveis, mencionam.

A hipótese de que ao longo do tempo tenha se estabelecido uma distância em relação a textos acadêmicos por jornalistas, e não somente no campo do jornalismo opinativo, não se justifica e é mesmo discrepante. Isso por ser também tarefa da imprensa e do jornalismo, sua transmissão, embora não haja no país uma tradição a esse respeito.

Há, portanto, que se ampliar o espaço social de debates sobre política, sociedade, economia, relações sociais, trabalhistas e humanas não só do ponto de vista físico das páginas de jornais e revistas, mas do nível de análise. Essa naturalmente envereda pela discussão de causas e efeitos conjunturais, não deve prescindir, concomitantemente, de uma análise de fundo, sem o que a contextualização dos processos históricos, sociológicos, antropológicos, geográficos e de outras áreas se percam ou permaneçam restritos ao âmbito universitário.

Feita, mesmo que em parte, contemplando esses termos, a opinião jornalística estará cumprindo uma dupla atribuição que já lhe é cobrada, mas nem sempre, ou muito pouco, de fato concretizada: transmitir de modo claro, sem transigir a coerência, o conhecimento de áreas diversas sobre as relações em sociedade; e paralelamente dar sua parcela de contribuição para elevar o debate sobre as grandes questões nacionais, que, em geral, discutidas no nível conjuntural, pouco avançam pela carência da maior parte da sociedade sobre a compreensão de si mesma.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, C. *A regra do jogo*, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1988.
BRETON, P. *Argumentação na comunicação*, São Paulo, Editora Edusc, 1999.
DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1997.
HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2002.
SEMLER, R. *Virando a própria mesa*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1989